

SEMINARIO INTERNACIONAL



ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUNDOS RURAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Rio de Janeiro, UFRJ - CPDA - 16 de dezembro de 2020

Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul

Eric Sabourin (Cirad, Muse, Umr ART-dev)

Resumo: A comunicação apresenta algumas reflexões sobre a abordagem teórica e metodológica dos processos de desmonte de políticas públicas na América Latina. A Rede PP-AL e o OPPA têm iniciado reflexões e análises sobre o tema do desmantelamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, em particular através de primeiras pesquisas que levaram a publicações conjuntas. Entre outras abordagens teórico-metodológicas, os membros dessas redes aplicaram o quadro analítico do “*policy dismantling*” de Bauer *et al.* (2013) concebido principalmente em torno de políticas sociais na Europa. Esse quadro propõe uma tipologia de estratégias de desmantelamento a partir do prisma do seu custo político para os governantes.

A comunicação se divide em duas principais seções. A primeira introduz o quadro do *policy dismantling* e traz ensinamentos e perspectivas das suas primeiras aplicações as políticas rurais e ambientais na América Latina. A segunda seção examina outros enfoques complementares ou anteriores que possam contribuir a analisar e acompanhar o desmonte de políticas públicas para o setor rural.

Abstract: The communication presents some reflections about the theoretical and methodological approach of public policy dismantling in Latin America. The PP-AL Network and OPPA have initiated joint reflections and analyzes on the dismantling of agricultural and rural development policies, in particular through the first surveys that led to joint publications. Among other theoretical and methodological approaches, the members of these networks applied the analytical framework of “*policy dismantling*” by Bauer *et al.* (2013) conceived mainly around social policies in Europe. This framework proposes a typology of dismantling strategies based on their political cost to the government.

This communication is divided into two main sections. The first one introduces the *policy-dismantling* framework and brings lessons and perspectives from its first applications to rural and environmental policies in Latin America. The second section examines other complementary or previous approaches that can contribute to analyze and monitor the dismantling of public policies for the rural sector.

Introdução

A comunicação apresenta algumas reflexões sobre a abordagem teórica e metodológica dos processos de desmonte de políticas públicas na América Latina. A Rede PP-AL e o OPPA têm iniciado análises conjuntas sobre o tema do desmantelamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, em particular através de primeiras pesquisas que produziram várias publicações (Leite, 2015 & 2016; Grisa, 2018; Mattei, 2018; Sabourin, 2018; Niederle, Grisa *et al.*, 2019; Sabourin, Craviotti e Milhorange, 2020; Sabourin *et al.*, 2020; Sauer *et al.*, 2020, Schmitt, 2020; Zimmermann, 2020).

Essas reflexões nos levaram a trabalhar em torno de algumas perguntas: i) que teorias para qualificar e analisar os processos de desmantelamento de políticas rurais e ambientais? ii) que métodos para acompanhar, caracterizar, documentar esses processos?

Consideramos também alguns princípios de base: i) o desmonte de políticas públicas corresponde a mudanças; é um tema amplo na ciência política e sociologia política aquele das « mudanças na política e mudanças nas políticas públicas » (Genieys e Hassenteufel, 2012). Essa questão foi renovada pela análise cognitiva das políticas públicas (Hall, 1993; Muller, 2005). Foi abordada também em termos de rupturas, questão tratada pela economia institucionalista ou ainda pelo ângulo das regressões, por exemplo, em termos orçamentários e democráticos.

A mudança na política foi tratada desde há muito tempo pelas ciências sociais, primeiro em torno do enfrentamento entre diversas forças sociais, sejam classes sociais (Marx e Engels, 1848; Marx, 1850), partidos ou coalizões políticas (Lapierre, 1961; Sabatier, 1988), ou ainda grupos de interesse (Saurugger, 2003). Tem a ver também com a mudança no poder e nas formas de exercício do poder: liberalização, privatização, descentralização, desconcentração (Gaudin, 1998; Chevallier, 2005; John, 2015).

O desmantelamento das políticas pode também ser associado à regressão da democracia como mostrado por Rosanvallon (2014) na Europa, por Levitsky e Ziblatt (2018) nos Estados Unidos ou à generalização das políticas neoliberais (Brennetot, 2013).

O enfoque institucionalista das políticas públicas tem mobilizado as noções de *ruptura e momentos críticos* para explicar o peso de decisões anteriores ou da “*dependência ao caminho*” (Mahoney, 2001). Pierson (1994) analisou as mudanças nas trajetórias das políticas a longo prazo para caracterizar a regressão do estado de bem-estar e das políticas sociais.

O quadro analítico do “*policy dismantling*” de Bauer *et al.* (2013), concebido principalmente em torno de políticas sociais na Europa, propõe uma tipologia de estratégias de desmantelamento a partir do seu custo político para os governantes.

A comunicação se divide em duas principais seções. A primeira introduz o quadro do *policy dismantling* e traz ensinamentos e perspectivas das suas primeiras aplicações as políticas rurais e ambientais na América Latina. A segunda seção examina outros enfoques complementares ou anteriores que podem contribuir para a análise e o acompanhamento do desmonte de políticas públicas.

1. O quadro do *Policy Dismantling*

1.1-As estratégias para o desmonte de políticas

O marco analítico do “*Policy Dismantling*”, proposto por Bauer *et al.* (2013), coloca no centro da análise os tomadores de decisão política, procurando identificar os motivos que estão na base das suas decisões de desmantelamento (Araujo, 2017). As tomadas de decisão são analisadas a partir da percepção que os tomadores de decisão têm dos custos e benefícios políticos que poderão gerar para si próprios, elemento que deve ser distinguido dos impactos sociais decorrentes da decisão de desmantelar uma política. Nessa lógica, o custo político seria menor do que no caso de seguir com uma política dada (Sabourin *et al.*, 2020).

Além disso, vários fatores podem causar um momento crítico e levar ao fim uma política pública: i) fatores externos (crise financeira internacional, onda neoliberal); ii) oportunidades e constrangimentos institucionais (sistema eleitoral, partidos políticos, tribunal constitucional); iii) fatores situacionais (ciclo de eleições, autoridade supragovernamental, etc.).

Bauer *et al.*, (2013) propõem quatro “ideais-tipo” de estratégia de desmantelamento, que se distinguem em duas dimensões: i) em que medida a decisão de desmantelamento é ou não tomada de forma deliberada e consciente, consubstanciada numa decisão formal; ii) em que medida os governantes pretendem esconder ou publicitar as atividades de desmantelamento.

O desmantelamento por defeito: é marcado pela ausência da tomada de decisão formal (para não alertar opinião pública) e pela baixa visibilidade na redução do nível dos serviços existentes. Ele é adotado quando os custos da decisão podem ser altamente negativos para os governantes.

O desmantelamento por mudança de área consiste em mudar a arena de uma política para agências mais fracas (o outro setor com prioridade mais baixa dessa política) evitando assim os custos do processo. Existe uma tomada de decisão formal, mas com baixa visibilidade e pelo tanto baixo custo político.

O desmantelamento simbólico é utilizado quando as decisões de desmantelamento trazem, potencialmente, benefícios para os decisores políticos, mas com constrangimentos institucionais que dificultam uma decisão formal. Importa que a intenção de desmontar seja clara e diretamente atribuída aos formuladores de políticas. As declarações políticas não levam necessariamente a feitos e resultados, mas permanecem simbólicas. Podem ser o resultado de restrições institucionais, da heterogeneidade das preferências das partes interessadas, mas também de mecanismos de manipulação da opinião pública pelos tomadores de decisão.

O desmantelamento ativo: ele acontece quando os governantes estão convictos de que as ações de desmantelamento representam a decisão mais apropriada e vantajosa para eles e os interesses que defendem, quer por razões políticas e eleitorais, quer por razões ideológicas. Apresenta obviamente constrangimentos institucionais, mas os benefícios da decisão são superiores aos custos decorrentes. O processo tem grande visibilidade com forte preferência por excluir publicamente uma política dada ou um conjunto de instrumentos. Pode ser recompensador para os formuladores de políticas devido a fortes demandas ou a posições ideológicas marcadas ou até extremas.

1.2-Ensinaamentos de primeiras aplicações do policy dismantling na América Latina

Primeiro, o quadro do *policy dismantling* foi aplicado de maneira comparativa aos casos de Argentina, Brasil, Nicarágua e Paraguai para políticas de agricultura familiar e agroecologia (Sabourin, 2018) e logo aprofundado apenas nos casos argentino e brasileiro (Sabourin, Craviotti e Milhorange, 2020).

A primeira observação geral é que para as políticas de agricultura familiar e desenvolvimento rural, todas as categorias de estratégia de desmantelamento foram utilizadas e, muitas vezes, de maneira simultânea e não apenas sucessiva. Isso se deve provavelmente a amplitude do processo de mudança, a sua diversidade de acordo com os diferentes setores, mas também a uma série de cálculos dos novos poderes, bem de acordo com a análise de Bauer *et al.* (2013).

Em segundo lugar, observamos que quando a mudança política é brutal como foi no Paraguai e no Brasil por meio de um golpe institucional (2012 e 2016), obviamente o cálculo dos riscos e custos políticos já foi integrado pelo novo poder de maneira global; assim, não precisa tanto de estratégias discretas, escondidas ou de contorno para acabar com certas políticas. O mesmo processo é observado quando a mudança no poder é acompanhada de uma forte carga ideológica popular/populista como foi o caso nas eleições de 2019 no Brasil e a vitória de Jair Bolsonaro.

De fato, no caso do Brasil, isso reduz as percepções sobre os custos/benefícios políticos do desmonte: elas variam entre setores dependendo das ideias das coalizões dominantes. E inegável que o desmonte o mais pesado foi aquele das políticas sociais (fim da proporção constitucional do orçamento para saúde/educação sob o governo Temer em 2016-17) mesmo se os efeitos desse desmantelamento radical serão bem mais sensíveis para um amplo setor da população, somente nos próximos anos.

No caso do governo Bolsonaro, paradoxalmente, o desmantelamento simbólico teve duas faces: certas políticas foram cortadas mesmo sendo já marginais pelo seu valor ideológico (a política nacional de agroecologia e produção orgânica, ou o apoio às comunidades indígenas e povos tradicionais); para outras políticas, também associadas ao governo anterior do Partido dos Trabalhadores o desmantelamento foi anunciado com muita publicidade ao nível discursivo, mas por diversas razões (técnicas, constitucionais ou administrativas) não foi totalmente realizado ou completado.

Nos casos de Argentina e Uruguai, tivemos mudanças após processos eleitorais. Também, se observa o abandono de políticas identificadas com o governo anterior, mas muito mais de maneira simbólica ou por mudança de arena que de maneira ativa.

Em terceiro lugar, nos cinco países estudados, dado o peso do setor agrícola e a politização discursiva e ideológica ligada à agricultura, existem sempre fortes tensões em torno das políticas rurais, que provavelmente passariam mais despercebidas nos países de América do Norte ou Europa.

Também, existe a mesma carga ideológica em torno de políticas ambientais e socioambientais que considerávamos como constitucionalmente institucionalizadas (certas delas tendo resistido ou sido implementadas durante os períodos de ditadura militar), o que mostra um sistema político marcado por fragilidades institucionais.

1.3. Limites do quadro do “policy dismantling”

Assim, se confirmamos o interesse e o valor da aplicação da noção de cálculo dos custos e benefícios políticos aos mecanismos de desmonte de políticas públicas nos países do Mercosul, podemos ver também algumas limitações da proposta de Bauer *et al.* (2013).

Primeiro, já notamos a relatividade da sua aplicabilidade nos casos marcados por tomada de poder brutal ou com forte carga ideológica. É natural, pois, o quadro de Bauer *et al* foi pensado no marco da liberalização das políticas sociais e do desmonte ou da privatização dos serviços públicos sociais na Europa. De fato, são setores e funções que interessam uma ampla parte da população, geralmente a mais vulnerável, pobre ou humilde, e tal vez, a mais desinformada ou aquela que pode ser manipulada mais facilmente. Mesmo assim, nesse contexto, convém adotar estratégias discretas ou mascaradas.

Segundo, por ter sido formulado no marco da União Europeia, o quadro de Bauer *et al.* deixa pouco espaço aos fatores estruturais e em particular aos fatores externos. Mesmo se eles são considerados nas causas de desmonte, podemos considerar que eles têm, hoje menos peso no marco da institucionalização supranacional da Europa comum. Pelo contrário, estes fatores (econômicos, financeiros, geopolíticos, e até climáticos no caso da agricultura) tem mais ênfase nas mudanças de políticas públicas nos países do Mercosul.

Do mesmo modo, em função do quadro supranacional europeu, Bauer *et al.* (2013) não se interessam as políticas públicas de nível infranacional. Sabemos que no caso da Argentina como do Brasil o apoio a agricultura familiar e a agroecologia passa também principalmente pelas províncias e pelos estados federados (Sabourin *et al.*, 2019 & Sabourin *et al*, 2020).

Finalmente, confirmou-se que a apreensão dos processos de desmonte de políticas públicas deve integrar três dimensões: i) os fatores estruturais (externos e domésticos), ii) os elementos cognitivos e, iii) os jogos de atores. Nessa perspectiva, a segunda seção examina diversas contribuições da ciência política para completar o quadro do *policy dismantling*.

2. Para aprofundar e completar sobre o desmantelamento de políticas públicas

O desmonte das políticas constitui um subtema de um tema maior, aquele das mudanças nas políticas públicas. Segundo Mény e Thoenig (1989), “toda política pública recobre uma teoria de mudança social”; uma política pública é sempre definida em relação à mudança: desacelerar uma evolução, ou promover a transformação do ambiente em causa.

2.1. A abordagem cognitiva

Para Peter Hall (1993) a mudança nas políticas públicas supõe três tipos de mudanças: i) das metas políticas e das estruturas padrão que orientam a ação pública; ii) dos instrumentos que possibilitam concretizar o movimento de ação pública; iii) dos quadros institucionais que estruturam a ação pública na área em questão.

Pierre Muller (2005) propõe a análise cognitiva de políticas públicas para resolver o dilema entre o papel das “estruturas e dos atores”.

Para esse autor, as estruturas são “sistemas duradouros de interação entre diferentes subsistemas sociais, não dependentes diretamente da ação de agentes identificáveis, fundadas em instituições e estruturas estabilizadas para interpretar o mundo”. Os atores são “agentes identificáveis (individuais ou coletivos) que participam diretamente da ação pública”

Para Muller, todos os processos de mudança de políticas públicas devem combinar um enfoque estrutural que permite destacar restrições e constrangimentos e um enfoque pelos atores que destaque a margem de autonomia dos agentes na elaboração de políticas. Precisa de uma articulação entre os efeitos das estruturas e aqueles das margens de jogo dos atores das políticas.

Analisar efetivamente a articulação entre o efeito das estruturas e as margens de jogo disponíveis atores das políticas públicas é destacar os mecanismos dos quais os quadros cognitivos e normativos, que constituem o cerne da ação pública são ao mesmo tempo a expressão de restrições estruturais e o resultado de um trabalho sobre o sentido realizado pelos atores. Em outras palavras, a análise cognitiva de políticas públicas é, a nosso ver, uma das abordagens mais úteis para resolver - pelo menos em parte - o que chamaremos de dilema de estruturas e atores (Muller, 2005, p 155).

Assim, convém separar “as restrições estruturais” dos “referenciais”. Para Muller (2005), o “referencial” é a expressão dos quadros cognitivos e normativos que constituem o cerne da ação pública.

As teorias que mais se aproximam de esse modelo relevam de enfoques neo-institucionalistas na medida em que a questão da relação estrutura / ator é explicitamente formulada. As abordagens neo-institucionalistas visam, em primeiro lugar, destacar as restrições que as instituições impõem aos atores, especialmente por meio de sua pré-existência através de quadros cognitivos e normativos. Assim, Pierson (1994) analisa os processos de dependência de caminho no caso das políticas sociais.

A análise cognitiva das políticas públicas se esforça em construir uma teoria de mudança que tenta atualizar os mecanismos concretos pelos quais os efeitos estruturais que restringem os atores e a sua liberdade nas relações que mantêm com outros atores na formulação e implementação de políticas (...) Nesta perspectiva, o conceito de referencial constitui uma ferramenta intermediária para pensar tanto na autonomia dos atores e restrições que enquadram sua ação (através da "sensação de inevitabilidade" de mudança desse quadro cognitivo e normativo, que aparece, aos poucos, como um dados irredutíveis e inevitáveis) (Muller, 2005, p 186).

A análise cognitiva da política, portanto, oferece uma concepção global de mudança de ação pública que se baseia em três pressupostos:

- a mudança nas políticas públicas é fruto de uma tensão entre uma dimensão estrutural, que expressa o peso de lógicas de longo prazo como se refletem nas instituições, e uma dimensão de ação que expressa a margem de jogo disponível para os atores de políticas públicas de acordo com a sua capacidade de mobilizar recursos e implementar estratégias específicas;
- o conceito de referencial permite dar conta dessa tensão uma vez que expressa ambas as restrições das estruturas (por meio de um conjunto de quadros cognitivos e normativos que pesam sobre as ações dos atores e limitam sua margem de ação) e o trabalho de produção cognitiva e normativa desses mesmos atores, que lhes permite atuar sobre essas estruturas;
- é possível identificar os agentes que, segundo diferentes modalidades, vão se encarregar dessa tensão entre o global e o setor, registrando em seu campo ou setor de ação, práticas que promovem sentido ou significado através da definição de um novo “referencial” (Muller, 2005, p 186).

2.2. O enfoque da resiliência das políticas

Cashore e Howlett (2007) partem da observação dos fatos que marcam o desenvolvimento de uma política pública a longo prazo, por meio de períodos de estabilidade e mudança radical. É preciso, portanto, pensar nos links e nós entre um período de estabilidade e um período de mudança rápida, e não apenas estudar uma ou Outra dessas duas fases. Esses autores mostram que a mudança ou o equilíbrio são frequentemente tratados como variáveis dependentes distintas, que também podem ser explicadas mobilizando diferentes teorias.

Por outro lado, Howlett (2019) discute meios para melhorar a resiliência e robustez das políticas ao longo do tempo ou, em outras palavras, mecanismos de prevenção do desmonte de políticas.

A resiliência é a capacidade de se adaptar às principais perturbações internas / externas, enquanto a robustez se refere à capacidade de manter o mesmo desempenho em face de uma variedade de contextos. De acordo com Howlett, alcançar ambos requer a duplicação de alguns recursos e a adição de ferramentas de política processual (para monitorar e revisar políticas) para lidar com eventos imprevistos e "corrigir" políticas ao longo do tempo. Mesmo assim, embora seja plausível que mais restrições institucionais e ferramentas de "bloqueio" em geral possam reduzir as chances de desmonte direto (e vice-versa), isso não significa que, em tais contextos, o desmantelamento de políticas não seja viável (Jordan *et al.*, 2013). A resiliência de uma determinada política é, portanto, uma questão importante para analisar o contexto das mudanças de governo.

Esses fatores são caracterizados pelo fato de que estão além da influência direta dos atores políticos e podem mudar o equilíbrio de poder dentro do campo da política, apoiando ou minando assim o seu desmonte (Gürtler *et al.*, 2019). O segundo enfoque se refere principalmente à economia política, incluindo as características estruturais do setor, a configuração dos atores, os seus interesses e o seu poder político. De acordo com Gürtler *et al.* (2019), esses fatores também incluem os padrões específicos de desenho de políticas que moldam a distribuição de custos e benefícios para aqueles que são afetados por uma política.

2.3.O exemplo da neoliberalização das políticas públicas na França

Vários autores têm associado a regressão das políticas públicas a onda de neoliberalismo econômico que se estendeu a administração pública (Benh, 1978; Berry *et al.*, 2010), em particular com a privatização dos serviços públicos (Miranda e Lerner, 1995; Schulten *et al.*, 2008), a austeridade econômica financeira e fiscal (Blyth, 2013), e finalmente as diversas faces dos pequenos ou grandes desmantelamentos do Estado (Bonnelli e Pelletier 2010; Pelletier e Bonelli, 2010). Alguns autores mostraram como esse processo foi progressivo, discreto e insidioso, mas bem real, no desmonte do “estado de bem-estar” da França, que sempre se orgulheceu da qualidade dos seus serviços públicos, em particular de saúde.

Para Luc Rouban (1994) o estado francês mudou muito. Ele conseguiu se adaptar à Europa e à descentralização, mas perdeu sua identidade. À medida que se aproximou o fim da modernidade gaulliana, os mecanismos de intervenção pública obedeceram a novos padrões. O serviço público se tornou um local de comércio, os usuários se transformaram em clientes. As demandas de lucratividade resultam de práticas degradantes. Como completar a modernização do estado? As políticas públicas exigem um princípio de regulação que foi aplicado a partir de 2008 (Dreyfus, 2010). O uso da lei, a referência republicana final, acabou sendo particularmente limitado. E, como mostra a cuidadosa pesquisa do autor com altos funcionários, a gestão pública é um campo no qual operam as elites concorrentes. Na França, fez-se neoliberalismo sem a teoria liberal ou a estrutura política do outro lado do Atlântico. O triunfo do pensamento organizacional fez com que os mecanismos de controle democrático se esvasiem. Por trás da aparente flexibilidade das instituições da Quinta República, surgiu uma nova etapa nas incessantes transformações da dominação política que se tornou anônima.

Para Dreyfus (2010) apesar do seu nome, a Revisão Geral das Políticas Públicas na França (RGP) não constitui uma "revisão do programa" que leve a questionar as missões perseguidas pelas administrações, mas sim uma reorganização dos seus organogramas para obter economias de escala. Esta reestruturação do dispositivo de governo geralmente visa "fazer melhor com menos": aumentar o desempenho de funcionários públicos ao mesmo tempo que reduz o pessoal. Junto com o design do papel neoliberal do Estado que fundamenta essa reforma, a implementação dos preceitos da *nova gestão pública* está agora totalmente assumida. No final, certas técnicas de modernização implementadas no arcabouço da RGPP já foram aplicadas na França, ainda que em menor escala do que em outros países, e pelo fato que eles não se referiram claramente na *Nova Gestão Pública*. Existem diferentes razões para explicar isso. Entre elas, a permanência do discurso oficial favorável ao Estado de bem-estar. A identificação da *Nova Gestão Pública* e do neoliberalismo, que M. Thatcher e R. Reagan promoveram, condenou na França qualquer recurso que assumisse reformas administrativas tomando emprestado este registro. No entanto, as medidas econômicas implementadas a partir de 1983 pelo governo de P. Mauroy, tiveram a tendência de se enquadrar no padrão monetarista, embora o estado tenha mantido forte pressão tributária e contribuições previdenciárias de forma a preservar o estado de bem-estar.

2.3. Aplicação ao desmonte das políticas públicas de desenvolvimento rural

O que importa para os observatórios de políticas públicas é poder acompanhar e documentar as consequências do desmantelamento, mas também, documentar e analisar as formas de resistência e de contorno.

Quais são as alternativas locais? Quais as novas formas de organização, de redes, de espaços alternativos?

Precisa dispor de teorias e de métodos: a comunicação apresentou alguns enfoques já clássicos: institucionalíssimo histórico, mudança política, análise cognitiva e outras abordagens mais recentes o *policy dismantling*, a resiliência das políticas, etc. Neste sentido, temos também a noção de *policy mix*, pois é sempre mais difícil desmantelar um mix de instrumentos complementares que uma política isolada.

Precisamos de métodos e ferramentas aproveitando novas tecnologias e/ou adaptados a nossa realidade e as limitações ligadas a crise sanitária: *text mining*, pesquisa e avaliação digital, exame dos orçamentos / percepção dos beneficiários e dos atores por meio de questionário /survey online, etc.

Fontaine e Hassenteufel (2002) chamam até para um “resfriamento teórico” e o retorno ao campo como um meio de especificar os procedimentos analíticos que permitem compreender as mudanças nas políticas públicas. Trata-se de destacar o caráter profundamente híbrido da ação pública que hoje mescla elementos antigos e novos, mas também, de construir ferramentas analíticas operacionais a fim de compreender as políticas públicas como processos de interação cada vez mais complexos entre vários atores em vários níveis. Compreender a multidimensionalidade dessas interações hoje parece ser um dos maiores desafios no estudo de políticas públicas

Referencias

- Araújo L, 2017, « Michael W. Bauer e outros (2012), Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies And Effects », *Sociologia, Problemas e Práticas*, (84) : 141-144.
- Bauer, M. W.; Jordan, A.; Green-Pedersen, C.; Heritier A. 2013. Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects, Oxford: Oxford University Press.
- Behn, R. D. 1978. How to terminate a public policy. *Policy Analysis*, 4: 393–414.
- Berry, C., Burden, B. and Howell, W. 2010. After enactment. *American Journal of Political Science*, 54(1): 1–17. (doi:10.1111/j.1540-5907.2009.00414.x)
- Blyth, M. 2013. Austerity, the History of a Dangerous Idea, Oxford: University Press
- Bonnelli L ; Pelletier W. 2010. Les « mille » démantèlements de l'État. Paris, *Le Monde Diplomatique*, https://www.monde-diplomatique.fr/IMG/pdf/Introduction_etat_demantele.pdf
- Brennetot, A. 2013. Géohistoire du « néolibéralisme, Cybergeog : European Journal of Geography [Online], Political, Cultural and Cognitive Geography, document 655, Online since 28 November 2013, connection on 26 November 2020.: <http://journals.openedition.org/cybergeog/26071>: <https://doi.org/10.4000/cybergeog.26071>
- Cashore, B.; Howlett, M. 2007, Punctuating which Equilibrium? Understanding Thermostatic Policy Dynamics in Pacific Northwest Forestry, *American Journal of Political Science*, vol. 51, n° 3, p. 532-551.
- Chevallier J. 2005. Politiques publiques et changement social », *Revue française d'administration publique*, 2005/3 (n 115) :383-390. DOI : 10.3917/rfap.115.0383. <https://www.cairn-int.info/revue-francaise-d-administration-publique-2005-3-page-383.htm>
- Dreyfus F. 2010. La révision générale des politiques publiques, une conception néolibérale du rôle de l'Etat ?, *Revue française d'administration publique*, 2010/4 (n° 136), p. 857-864. DOI : 10.3917/rfap.136.0857. <https://www.cairn-int.info/revue-francaise-d-administration-publique-2010-4-page-857.htm>
- Fontaine J., Hassenteufel, P. 2002. Quelle sociologie du changement dans l'action publique ? Retour au terrain et 'refroidissement' théorique. In Fontaine, J.; Hassenteufel, P. *To change or not to change : les changements de l'action publique à l'épreuve du terrain*, Presses universitaires de Rennes, pp.9-29, 2002, ResPublica. (halshs-00175740)
- Gaudin J.P. 1998. La question du changement politique. *Revue européenne des sciences sociales* 36(110): 135–150
- Genieys W. ; Hassenteufel P. 2012. Comprendre le changement dans les politiques publiques. L'approche programmatique. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01401805>

Grisa C. 2018. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Novos mediadores para velhos referenciais. In *Revista Raizes*, 38 (1), 36-50. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37>

Gürtler, K., Postpischil, R., Quitzow, R. 2019. The dismantling of renewable energy policies: The cases of Spain and the Czech Republic. *Energy Policy*, 133, 110881. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.110881>

Hall P. 1993 « Policy Paradigm, Social Learning and the State », *Comparative politics*, 25 (3)

Howlett, M. (2019). Procedural Policy Tools and the Temporal Dimensions of Policy Design. Resilience, Robustness and the Sequencing of Policy Mixes. *International Review of Public Policy*, 1(1:1), 27–45.

Howlett, M. 2006. “Conclusion: the de/reregulatory cycle”. In *Deregulation and its Discontents*, Edited by: Ramesh, M. and Howlett, M. 228–36. Cheltenham: Edward Elgar. [Google Scholar]

Howlett, M.; Cashore, B. 2009. The dependent variable problem in the study of policy change. *Journal of Comparative Policy Analysis*, 11(1): 33–46. doi:10.1080/13876980802648144

John P. 2015. New Directions in Public Policy: Theories of Policy Change and Variation Reconsidered, SSRN Electronic Journal. DOI: 10.2139/ssrn.2286711

John P. 2015. The three ages of public policy: theories of policy change and variation reconsidered. *SSRN Electronic Journal*. DOI: 10.2139/ssrn.2286711

Jordan A., Bauer, M. W.; Green-Pedersen, C. 2013: Policy Dismantling, in: *Journal of European Public Policy*, Vol. 20, n. 5, 795-805. <http://mwbauer.eu/wp-content/uploads/2018/05/Policy-Dismantling.pdf>

Lapierre J. W. 1961. Pour une théorie dynamique des changements politiques, *Revue française de science politique* 11-1 : 118-137 - https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1961_num_11_1_392610

Leite S. P. 2016.. The Role of Policy Makers in the Formulation and Implementation of Public Policy for Brazilian Agriculture. *Latin American Perspectives*, v. 43, p. 60-76.

Leite S. P. 2015. Politiques publiques et agribusiness : une analyse de la politique de - nancement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458.

Mahoney, J. 2001. Path-Dependent Explanations of Regime Change: Central America in Comparative Perspective, *Studies in Comparative International Development*, 36 (1): 111-141.

- Marx K & Engels F. 1848. Manifeste du Parti communiste. <https://www.marxists.org/francais/marx/works/1847/00/kmfe18470000.htm>
- Marx. K. 1850. Les luttes de classes en France (1848-1850). "Les classiques des sciences sociales" -Quebec. Site web: http://www.ugac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.htm
- Mattei. L. 2018. Les conséquences socio-économiques du coup d'état parlementaire au Brésil. *Bresil(S)* v. 1, p. 1-13, 2018.
- Mattei, L. 2018. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *Okara: geografia em debate* (UFPB), v. 12, p. 293-307,
- Mény, Y. ; Thoenig, J. C. 1989. Politiques publiques, Paris, PUF, p. 140
- Muller P. 2005, Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique. Structures, acteurs et cadres cognitifs, *Revue française de science politique*, 2005/1 (Vol. 55), p. 155-187. DOI : 10.3917/rfsp.551.0155. URL : <https://www.cairn-int.info/revue-francaise-de-science-politique-2005-1-page-155.htm>
- Miranda, R.; Lerner, A. 1995. Bureaucracy, Organizational Redundancy, and the Privatization of Public, Services. *Public Administration Review*, 55(2), 193-200. doi:10.2307/977185
- Niederle, P., Grisa, C., Picolotto, E., Soldera, D. 2019. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Restricted Countermovements. *Latin American Research Review*, vol. 54, p. 707-720.
- Palier, B. ; Surel, Y. ; Bossy, T. ; Boussaguet, L. ; Chabalier, D. ; Devineau, J. ; Evrard, A. ; Hoeffler, C. ; Lacuisse, M.E. ; Mayaux P. L. et al 2010., *Quand les politiques changent: temporalités et niveaux de l'action publique*, Paris: L'Harmattan, coll. Logiques politiques, 2010. <http://www.editions-harmattan.fr/index.asp?navig=catalogue&obj=livre&no=30887>
- Palier B, Surel Y et al. 2010. L'explication du changement dans l'analyse des politiques publiques: identification, causes et mécanismes Paris, L'Harmattan, col. Sciences politiques. www.editions-harmattan.fr/index.asp?navig=catalogue&obj=livre&no=30887
- Pelletier, W. ; Bonelli, L. 2010. L'État démantelé. Enquête sur une révolution silencieuse. Paris : La Découverte.
- Pierson, P. 1994. Dismantling the Welfare State, Cambridge: Cambridge University Press.
- Rouban L. 1994. Le Pouvoir anonyme : Les Mutations de l'État à la française, Paris, Presses de Sciences Po
- Sabatier, P. 1988. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy oriented learning therein. *Policy Sciences*, v. 21, p.129-168.

Sabourin E. 2018. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina in Seminário Nacional “Políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente: mudanças, continuidades e rupturas”, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro, 10 e 11 de dezembro de 2018

Sabourin E.; Guéneau S.; Colonna J.; Tadeu da Silva L. (Org.) 2019. Construção de políticas Estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba CRV Editora e Red PP-AL

Sabourin E, Grisa C, Niederle P, Pereira Leite S, Milhorange C, Damasceno Ferreira A, Sauer S, Andriguetto-Filho JM. 2020. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cah. Agric.* 29: 31. <https://www.cahiersagricultures.fr/articles/cagri/pdf/2020/01/cagri200104.pdf> - <https://doi.org/10.1051/cagri/2020029>

Sabourin E., Craviotti C., Milhorange de Castro C. 2020 The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina, *International Review of Public Policy* 2 : 1 45-67, <https://doi.org/10.4000/irpp.799>- URL: <http://journals.openedition.org/irpp/799>

Sauer, S.; Zuniga Leite, A.; Godoy Tubino N. L. 2020. Agenda política da terra no governo Bolsonaro *Revista da Anpege* v. 16, n. 29 : 283-316 Questão Agrária e governo Bolsonaro <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/403>

Saurugger S. 2003, Les groupes d'intérêts entre démocratie associative et mécanismes de contrôle, *Raisons politiques*, 2 (n10), p. 151-169. DOI : 10.3917/rai.010.0151 <https://www.cairn-int.info/revue-raisons-politiques-2003-2-page-151.htm>

Schmitt C. J. 2020. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul nas políticas agrárias, de agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional: o caso do Brasil. In seminário 15 anos do OPPA “Estado, políticas públicas e mundos rurais”, Rio de Janeiro, UFRRJ CPDA16 de dezembro de 2020

Schulten T., Brandt, T.; Hermann, C. 2008. Liberalisation and privatisation of public services and strategic options for European trade unions, *Transfer* 2/08 14 (2) 295-311

Zimmermann, S. 2020. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul nas políticas agrárias, de agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional: o caso do Paraguai. In seminário 15 anos do OPPA “Estado, políticas públicas e mundos rurais”, Rio de Janeiro, UFRRJ CPDA16 de dezembro de 2020.

Mesa redonda

Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul: as experiências do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai nas políticas agrárias, de segurança alimentar e nutricional, e para a agricultura familiar

Resumo da mesa redonda: Desde o início dos anos 2000, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai estão vivenciando mudanças políticas e institucionais expressivas, que perpassaram a virada para a “onda rosa”, seguidas por retornos de paradigmas ou orientações ultra ou neoliberais. Tais mudanças produziram e continuam provocando repercussões na atuação do Estado em diversas áreas, particularmente nas políticas agrárias, de segurança alimentar e nutricional, e para a agricultura familiar. Esse seminário procura explorar um tipo particular de mudanças políticas e institucionais, notadamente o desmantelamento de políticas públicas, que diz respeito ao processo de redução da intensidade e da densidade de instrumentos e/ou políticas públicas. A partir das experiências de diferentes países, o seminário em webinar procura abordar os desmantelamentos em curso, seus elementos constituintes, e suas dinâmicas e particularidades.